



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NO DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL DE CRIANÇAS: uma experiência na educação infantil

THE IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON THE PSYCHOSOCIAL DEVELOPMENT OF CHILDREN: an experience in early childhood education

Alessandra do Simas Sinionato da Silva¹

Eixo Temático 6: Trabalho infanto-juvenil e o direito à educação, profissionalização e proteção ao trabalho de adolescentes

Introdução

A pandemia de Covid-19 impactou profundamente a vida de milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, desde março de 2020, com o início das medidas de isolamento social, mudanças drásticas na rotina afetaram principalmente as crianças em fase de desenvolvimento. A ausência de convivência escolar, a redução de experiências coletivas e o afastamento de espaços de lazer prejudicaram etapas essenciais do crescimento infantil, especialmente na primeira infância.

A escolha do tema deste estudo surgiu a partir da vivência prática da autora como educadora em uma instituição de Educação Infantil localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ao observar no cotidiano escolar os efeitos visíveis da pandemia no comportamento e desenvolvimento das crianças, tornou-se necessário refletir sobre os prejuízos psicossociais sofridos pelos pequenos e sobre as cicatrizes deixadas pelo período de distanciamento físico. O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar os impactos da pandemia no desenvolvimento infantil e propor uma reflexão sobre a importância da escola, da família e das políticas públicas no enfrentamento desses desafios.

Desenvolvimento

Embora a infância sempre tenha existido historicamente, o modo como ela é compreendida se transformou ao longo do tempo. Durante séculos, a expectativa de vida mais curta e a ausência de políticas voltadas à infância faziam com que essa fase da vida fosse pouco valorizada. Com os avanços nas áreas da psicologia e das ciências biológicas, consolidou-se a concepção contemporânea de infância como uma etapa fundamental do desenvolvimento humano. Segundo Guimarães (2017),

¹ Pedagoga pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-Graduada Email: simasdanda@yahoo.com.br.

o conceito de infância não é universal nem estático; ele varia de acordo com o contexto histórico e social em que a criança está inserida. Apesar disso, é reconhecido que todas as crianças possuem necessidades e características próprias que demandam atenção, cuidado e educação.

A legislação brasileira reconhece a importância da Educação Infantil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) estabelece que essa é a primeira etapa da educação básica, destinada a crianças de até seis anos, com o objetivo de promover seu desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social. Complementarmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça o dever do Estado em garantir o acesso à creche e à pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade (Lei nº 13.306/2016).

Essas legislações representam um avanço na garantia de direitos, reconhecendo que os primeiros anos de vida são decisivos para a construção de vínculos afetivos, aquisição da linguagem, desenvolvimento motor e socialização. A modificação da LDB também revela o compromisso do Estado em promover políticas públicas que fortaleçam o desenvolvimento infantil.

O retorno às aulas presenciais após o período de isolamento revelou diversos desafios no cotidiano escolar. Muitas crianças enfrentaram dificuldades para se adaptar à nova rotina e apresentaram alterações comportamentais, como ansiedade, agitação, dificuldade de concentração e atraso no desenvolvimento motor e social.

Para Vygotsky (2001), o desenvolvimento cognitivo é diretamente influenciado pelas interações sociais. Segundo sua teoria socioconstrutivista, é por meio do convívio com o ambiente e com outras pessoas que o indivíduo internaliza conhecimentos e se desenvolve. Isso evidencia o quanto o afastamento físico durante a pandemia interferiu negativamente nas experiências fundamentais da infância. Durante a primeira infância, o cérebro é extremamente sensível às estimulações externas. A ausência de interações, de brincadeiras ao ar livre, do convívio escolar e de trocas culturais prejudicou significativamente o processo de aprendizagem e de socialização de muitas crianças. Esse impacto é ainda mais visível nas famílias em situação de vulnerabilidade social, que tiveram menos recursos para promover estímulos adequados em casa.

Apesar de existir, desde 2007, o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto nº 6.286, com a proposta de promover ações de atenção à saúde e prevenção de doenças no ambiente escolar, sua implementação foi limitada e, muitas vezes, fragmentada. Segundo Ataíde e Mourão (2018), muitas escolas não conseguiram inserir o programa de forma sistemática, limitando-se a ações



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

pontuais, como palestras.

No contexto pós-pandemia, o fortalecimento desse programa é fundamental. Tessaro (2024) defende que o PSE pode ter um papel essencial na promoção da saúde mental e do bem-estar dos estudantes, sobretudo nas comunidades mais vulneráveis. Para isso, é necessário que a escola atue em parceria com a comunidade, promovendo vínculos sólidos e ações intersetoriais.

O Relatório do Ministério da Saúde (Brasil, 2018) já alertava para os sinais preocupantes da saúde mental de crianças e adolescentes mesmo antes da pandemia. Com o agravamento causado pela Covid-19, torna-se ainda mais urgente a atuação integrada entre saúde e educação. Segundo Cid et al. (2019), sintomas não tratados na infância podem se intensificar na vida adulta, comprometendo o desenvolvimento pleno do sujeito.

Dessa forma, a construção de um ambiente escolar seguro, acolhedor e afetivo exige o envolvimento conjunto da escola, da família e da comunidade. A atuação do educador, nesse sentido, transcende a transmissão de conteúdos e passa a incluir o cuidado emocional, o apoio psicossocial e o estímulo à autonomia e socialização.

Considerações Finais

A pandemia de Covid-19 provocou impactos profundos e duradouros no desenvolvimento infantil. A interrupção das atividades presenciais, o afastamento do convívio social e a sobrecarga emocional dentro dos lares geraram consequências que ainda se fazem presentes no comportamento das crianças.

Este estudo buscou refletir sobre esses efeitos, resgatando o papel da Educação Infantil como etapa fundamental da formação do ser humano. Reforça-se, portanto, a importância de políticas públicas que assegurem o direito à infância plena, bem como a atuação articulada entre família, escola e serviços de saúde.

Refletir sobre os desafios impostos por esse contexto permitiu ampliar o olhar sobre a infância, valorizando sua complexidade e reconhecendo a importância de ambientes afetivos e estimulantes para seu florescimento. As cicatrizes da pandemia não podem ser ignoradas, mas, com ações integradas e humanizadas, é possível reconstruir caminhos para que nossas crianças possam crescer com saúde, segurança e dignidade.

Referências Bibliográficas



NUDISS

**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Ataliba, P. & Mourão, L. (2018). *Avaliação de impacto do Programa Saúde nas Escolas*. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(1), 27–36

BRASIL. Lei 13306. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 05 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola.

BRASIL. Jovens e Saúde Mental em um Mundo em Mudança: tema do Dia Mundial da Saúde Mental 2018. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CID, M. S. et al. Ações intersetoriais e saúde mental infantil. 2019. Pro-Posições, Campinas, v. 30, e20170093, 2019.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

TESSARO, Mônica. Impactos na saúde mental dos estudantes da educação básica. In: TARDELI (ORG). *Educação, escola e pós-pandemia: discussões sobre convivência e aprendizagem*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024.